



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

## ANEXO II - JUSTIFICATIVAS

**Finalidade:** O Objeto deste certame é a aquisição, na modalidade de Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço, para a contratação de empresa para fornecimento de veículos leves e utilitários, visando atender diversos municípios na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada em Juazeiro, Estado da Bahia.

**Da necessidade da contratação:** O fornecimento dos veículos tipo leves e utilitários é de fundamental importância para o desenvolvimento de atividades agropecuárias realizadas no âmbito da agricultura familiar, pois aumenta a produtividade da mão de obra labutante, assim como das lavouras, melhora a técnica do manejo alimentar, a eficiência no uso dos materiais de alimentação animal e, conseqüentemente, o melhor desempenho da ação laboral e econômica das famílias beneficiadas.

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto da presente licitação. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto à urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de estrutura principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, o que impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população.

Portanto, a estruturação de atividades agropecuárias constitui-se como uma estratégia de desenvolvimento que envolve aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Assim, pelo seu significativo valor social e econômico, percebe-se a grande importância que é a aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas para atendimento às demandas das comunidades rurais.

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições estruturais e técnicas para o desenvolvimento de atividades pecuárias na região semiárida, numa perspectiva de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias, faz-se necessária a



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional da CODEVASF**

aplicação de recursos públicos para aquisição dos itens descritos nestes Termos de Referência.

**Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:** A adoção do Pregão Eletrônico visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Busca-se, com esse procedimento, a contratação de fornecimentos, carga, descarga e frete para aquisição de bens comuns, ou seja, veículos utilitários cujas características são facilmente identificáveis pelo mercado, técnicos, indústrias fabricantes, distribuidores e fornecedores. Para que não haja dúvidas ou aquisição equivocada de alguns ou alguns itens, as especificações técnicas foram elaboradas de maneira a deixar clara a descrição de cada item a ser adquirido, conforme preconizado no Inciso II do Art. 3 do Decreto 10.024/2019.

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de **bens comuns**, pois são bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

**Do Sistema de Registro de Preços (SRP):**

A Codevasf tem como um de seus objetivos, promover melhorias no sistema de produção, por meio da aquisição de veículos, máquinas, implementos agrícolas, equipamentos e materiais para auxiliar no aumento da produção de alimentos, possibilitando a geração de emprego e renda.

Em razão disto, foram licitados, adquiridos e doados os seguintes quantitativos de equipamentos nos últimos anos:

Equipamento	2017	2018	2019	2020	2021
Veículos	6	8	14	22	06

**Observação: No ano de 2021, houve a indicação de diversos veículos para atender esse tipo de demanda, contudo, devido as condições e dificuldades de mercado, os processos licitatórios**



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

**fracassaram, exceto, o de 06 caminhonetes e 02 veículos tipo Van.** Outro fato está atrelado ao aumento substancial de recurso orçamentário destina a Codevasf, a saber: no ano de 2018, foi empenhado aproximadamente 30 milhões, já no ano de 2021, foi empenhado quase 300 milhões.

Tomando por base o trabalho frequente de aquisição e doação de veículos e para uso da 6ª SR no quadro acima, observa-se que a quantidade de veículos licitados, adquiridos e doados por esta superintendência possuem tendências de crescimento desde 2017 e que o quantitativo necessário não pode ser previsto. Além disso, o número de solicitações para aquisição desses itens no ano de 2022 já supera a média dos anos anteriores.

O presente processo atende plenamente aos incisos I e IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, o qual versa sobre as hipóteses para a adoção de um Sistema de Registro de Preços.

**Da não de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):**

Devido à especificidade das dificuldades operacionais ocasionadas pela conjuntura econômica do ano corrente; pela necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório; para fazer valer o interesse público e com vistas ao cumprimento do prazo de encerramento do exercício de 2022 a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

**Bem Comum:** Quanto ao enquadramento do objeto da licitação em bem comum cabe destacar que o objeto em questão se enquadra na definição de bem comum, sendo já realizada a aquisição desses equipamentos em outras licitações da Codevasf. Pois para a aquisição desses equipamentos é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mesmo com a complexidade envolvida, a elaboração de especificações reconhecidas e usuais de mercado, com padrões de qualidade e desempenho. Assim, podendo ser classificados como bens comuns.

**Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário, visto que a contratação a ser realizada é para itens com características individuais, a partir de fabricantes de ramos industriais diferentes, de preço certo de unidades determinadas, conforme Art. 42 da Lei 13.303/2016.



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

**Permite Participação de Consórcios e Sociedades Cooperativas:** Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente não necessária a formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de máquinas, equipamentos e materiais, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

**Permite a subcontratação:** Não. O bem em questão não é divisível, o que demonstra que não existe partes a serem subcontratadas e a garantia de fábrica e assistência técnica deve ser dada como um todo pelas fabricantes e concessionárias autorizadas não se existindo a possibilidade da subcontratação.

**Critério de Julgamento:** Menor preço, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º 13.303/2016.

**Qualificação Técnica:** As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de fornecer o objeto com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

**Justificativa da adoção do valor estimado público:** Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Da não Exigência de Garantia de Execução:** Não será exigida garantia de execução, visto que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

**Assistência técnica no raio de 500 km do município de Juazeiro/BA para veículos leves e**



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

**utilitários:** Em atendimento ao Acórdão nº 556/2021 – Plenário, será exigido que, após a assinatura dos contratos ou ordens de fornecimento, a contratada deverá comprovar, por meio de declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada, que os fabricantes dos veículos possuem assistência técnica num raio de cerca de 500 km de distância da cidade de Juazeiro/BA para veículos leves e utilitários. A exigência de assistência técnica num raio de 500 km se dá em razão da necessidade das revisões obrigatórias para manutenção da garantia do veículo. As revisões em distância superior a exigida onera a administração pública com as despesas de diárias para motoristas e combustíveis. Outro fato é que na região tem autorizadas de diversas marcas, o que não configura restrição ao processo licitatório.

**Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona):** Sim – A adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas. A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

**Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário, visto que a contratação a ser realizada é para item com características individuais, a partir de fabricantes de ramos industriais diferentes, de preço certo de unidades determinadas, conforme Art. 42 da Lei 13.303/2016.

**Intervalo de Lances:** O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,2% (dois décimos



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

por cento), do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. O percentual foi exigido considerando o valor do certame.

**Qualificação Econômico financeira:** Com base na IN 03/2018, que define a comprovação de patrimônio líquido mínimo referente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, a área técnica concorda com a exigência editalícia.

**Justificativa de reserva de cota de 10% (dez) por cento:** Em atendimento ao disposto no inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, será permitida a cota de 10% (dez) por cento, conforme planilhas de quantidades, anexas. Esse percentual foi estabelecido em função da preservação da economia de escala, tendo em vista os maiores volumes praticados por grandes fornecedores, e em função da viabilidade na participação das empresas enquadradas nesta Lei. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**Da orçamentação:** Para composição dos preços, foram utilizados o inciso I, art. 15, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, e o inciso I, Art. 5º, da Instrução Normativa Nº 73 de 05 de agosto de 2020.

**Indicação do Gestor da Ata de Registro de Preços:** O Gestor da Ata de Registro de Preços será o Auxiliar em Desenvolvimento Regional Daniel do Nascimento Santo, cadastro 10595-05.